

ATA Nº 108/2024 – Da Comissão de Seleção, Normas e Documentos do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capivari de Baixo – SC.

1 Aos nove dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, às oito horas e trinta minutos, na
2 sala de reuniões da Secretaria de Desenvolvimento Social, localizada na Avenida Ernani
3 Cotrim, 163, Centro, Capivari de Baixo-SC, reuniu-se os membros da Comissão de Seleção,
4 Normas e Documentos, formada por membros do CMDCA, sob a condução do relator:
5 Hamilton Gomes de Sousa (representante titular da APAE). Estando presentes os conselheiros,
6 representantes governamentais e não governamentais integrantes desta comissão: Alessandra
7 Vieira Francioni Silva (representante titular da Secretaria de Desenvolvimento Social), Beatriz
8 Joaquim Ribeiro (representante titular da AJL), João Victor Torres Bandeira (representante
9 titular da Secretaria de Gestão e da Fazenda), Marina Machado dos Santos da Rosa
10 (representante titular do CEACA), e Viviane Pereira Alves (representante titular da Secretaria
11 de Saúde). Hamilton explica que os itens 1 e 2 são de todas as pautas das reuniões do conselho:
12 assinar a lista de presença e justificativa de faltas: Não havendo. Hamilton diz que o item 2 em
13 pauta é a análise da solicitação de readequação do projeto: Pensando Fora da Caixa, da entidade
14 AJL, referente ao Edital de n. 003/2022 – chancela. Beatriz explica que querem a readequação
15 do valor do projeto de mais R\$ 56 mil reais aproximadamente. Beatriz explica que é um projeto
16 de feira de ciências em que os alunos vão para a PUC e após haverá premiação com um
17 notebook ou celular, e explica que não recorda o que foi definido ao final. Hamilton questiona
18 se para esse pedido de aumento de valor vão buscar o recurso fora com a empresa. Beatriz
19 confirma. João questiona se a análise seria com base no Edital anterior. Conselheiros
20 confirmam. Sabrina explica que no momento não tem Edital chancelado aberto. Sabrina observa
21 que o primeiro projeto: Pensando fora da caixa, aprovado para a captação, foi através da
22 Resolução n. 422/2022 e disponibiliza em tela. Sabrina diz que a partir dali tiveram outras
23 readequações, sendo a última readequação a solicitação de prorrogação de prazo. Beatriz
24 observa que o valor total do anterior foi de R\$ 30.561,25. Beatriz diz que tem o prazo de dois
25 anos para realizar a captação, finalizando em dezembro, que é a data da resolução, portanto
26 ainda estão dentro do prazo: não passaram os dois anos. Sabrina observa que devem verificar
27 qual valor já foi recebido para este projeto. Beatriz explica que o valor proposto na readequação
28 do projeto pensando fora da caixa é de R\$ 56.728,63 (cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e
29 oito reais e sessenta e três centavos). João Victor questiona se agora será o valor total de R\$ 56
30 mil ou querem somar mais R\$ 56mil. Beatriz diz que acha que é somar, mas ficou ambíguo e
31 diz que confirmará com Dafna, realizando a ligação. Beatriz explica a ela que a dúvida é entre
32 ser mais o valor proposto ou o R\$ 56mil é o valor total do projeto. João Victor diz que não há
33 como juntar dois projetos, e diz que aprovando esse o anterior seria anulado. Alessandra diz
34 que devem ver o valor anterior e especificar o que é a readequação. João Victor observa que
35 mudará tudo, pois o cronograma proposto já passou. Beatriz questiona se querem passar para
36 outra pauta enquanto esclarece. Após debates, Beatriz esclarece que o valor de R\$ 56.728,63 é
37 o valor total do projeto: Pensando fora da Caixa da AJL. Beatriz diz que o público-alvo são 150
38 alunos, sendo que 25 iriam para a PUC e 10 seriam premiados. João Victor diz que são cinco
39 tabletes para cada grupo vencedor, então seriam 10 tabletes, e explica que acrescentaram itens
40 que não estavam no projeto inicialmente aprovado: os 10 tabletes, as 150 camisetas com
41 identidade visual e os 30 banners. Marina questiona qual a finalidade dos banners e questiona
42 se são para a identificação das equipes na feira de ciências. Beatriz confirma. João Victor diz
43 que apresentarão atestado de frequência, readequação orçamentária e readequação do
44 cronograma que foi proposto de junho à novembro de 2024. João Victor observa que já não
45 daria o cronograma. Beatriz explica que já encaminharam a readequação desse projeto em maio.
46 Marina diz que primeiramente a entidade tem que captar o recurso, para depois aprovar o
47 repasse e observa que devem atentar-se que em novembro normalmente já entram em férias.
48 João Victor diz que o questionamento é como irá para fazer o termo de fomento. Marina sugere
49 colocar o prazo de seis meses a partir do repasse. João Victor diz que considerando que vale o

50 Edital que estava vigente, considerarão o prazo de seis meses a partir da captação e repasse para
51 à entidade. Marina questiona como serão escolhidos. Beatriz explica que haverá uma banca que
52 analisará conforme o edital. João Victor diz que devem conter os três orçamentos dos 10
53 tabletes, 150 camisetas e 30 banners e passa o projeto para Marina, solicitando que melhor
54 analise. Marina confirma que estão presentes os 3 orçamentos para cada item: tablete, camiseta
55 e banners. João Victor diz que então o parecer é favorável à aprovação da readequação do
56 projeto: Pensando Fora da Caixa, da entidade AJL. Conselheiros concordam pela maioria dos
57 presentes, abstendo-se Beatriz que faz parte da entidade AJL. Sabrina pede a confirmação dos
58 valores para a emissão do parecer e lembra os presentes que a Resolução sairá após passar
59 para deliberação na plenária. Beatriz diz que o valor total é de R\$ 56.728,63 (cinquenta e seis
60 mil, setecentos e vinte e oito reais e sessenta e três centavos), a retenção ao FIA: R\$ 11.345,73
61 (onze mil, trezentos e quarenta e cinco reais e setenta e três centavos. Sabrina questiona se o
62 valor que consta no projeto a ser repassado pra entidade, considerando a retenção 20%, está
63 correto. Conselheiros calculam e dão o ok, sendo o valor a ser repassado de R\$ 45.382,90
64 (quarenta e cinco mil trezentos e oitenta e dois reais e noventa centavos). Sabrina pede licença
65 para receber documentação da ACICAP, retorna e informa aos conselheiros o recebimento da
66 solicitação de registro da ACICAP no CMDCA. Hamilton passa ao item 4 em pauta: Informe
67 sobre a solicitação de registro do Serviço: Família Acolhedora da Prefeitura Municipal de
68 Capivari de Baixo-SC no CMDCA – Análise vide Resolução de n. 002/2014 e suas alterações
69 posteriores; Sabrina questiona se já analisarão ou será apenas informe e análise na próxima,
70 conforme foi proposto por João na última. João Victor sugere já analisar, pois tem solicitação
71 do Ministério público. Conselheiros concordam. João Victor realiza a leitura e comparação das
72 documentações que constam no art. 11 da resolução de n. 002/2014 pra renovação de programas
73 governamentais. Contendo: o anexo I, requerimento; alvará sanitário e atestado de
74 funcionamento, anexos II plano de ação e III relatório das ações, com relação à relação de
75 funcionários Marina observa que há uma portaria designando Janira dos Santos Lima Barbosa
76 como coordenadora. Alessandra observa que hoje é só a Janira, psicóloga que está no Família
77 Acolhedora, pois a Maira, assistente social, está afastada devido à candidatura. Cópia do CNPJ
78 Marina observa que não consta. Alessandra diz que consta no início que é o CNPJ da prefeitura.
79 João Victor diz que podem retirar no site. Marina diz que não consta registro em outros
80 conselhos. João questiona à Alessandra se o serviço de família acolhedora é inscrito em outros
81 conselhos, como o da Assistência. Alessandra diz que não tem conhecimento, mas acredita que
82 não. João Victor diz que só apresentariam se tivesse, então não tem, nem em de outros
83 municípios. João Victor observa que não contém: a cópia do estatuto e ata da diretoria e
84 questiona Alessandra se o serviço possui. Alessandra diz que todo serviço tem. João Victor diz
85 que deveriam então apresentar. Alessandra diz que confundiu estatuto com regimento interno e
86 diz que estatuto acha que não há mesmo. João Victor observa que não contém: cópia do estatuto
87 e ata da diretoria e diz que são itens que não são solicitados no momento da inscrição, art. 8º da
88 Resolução de n. 002/2014 e observa que devem rever essa resolução. João questiona que itens
89 poderiam pedir no lugar quando entidades governamentais. Alessandra diz que para a família
90 acolhedora funcionar tem que ter no mínimo assistente social e psicóloga e diz que com o
91 afastamento terão que fazer algo. Beatriz questiona quanto ao cartão do CNPJ da prefeitura.
92 João diz que consegue tirar e trazer. João Victor diz que o parecer é então favorável ao registro
93 do Serviço: Família acolhedora no CMDCA. Conselheiros aprovam por unanimidade.
94 Hamilton passa ao item 5 em pauta: Início da análise do plano de ação e aplicação de 2024 e
95 confecção do plano de ação e aplicação do CMDCA para o ano de 2025. Sabrina questiona se
96 conselheiros realizaram a leitura do documento encaminhado junto com a pauta através de e-
97 mail. Não havendo manifestações Sabrina questiona se querem que abram o documento de 2024
98 e explica que tem o prazo de encaminhar até agosto para que conste na LOA, seguindo o que
99 consta no Regimento interno do CMDCA de 2022 em vigor. Explica ainda que o Plano é
100 documento obrigatório, feito todo ano, para que se realizem as ações, inclusive repasses para
101 os projetos com o FIA. João Victor sugere a abertura. Alessandra sugere passar para as metas.

102 Marina realiza a leitura das metas: Até setembro de 2024, solicitar o diagnóstico situacional da
103 criança e do adolescente, junto aos órgãos responsáveis, visando obter dados e informações
104 para orientar diretrizes e ações da política de atendimento; Até novembro de 2024, adequar os
105 instrumentos normativos e legais relacionados à política de atendimento a criança e ao
106 adolescente; Ação mensal de 2024, manter a interação entre o CMDCA e o Conselho Tutelar
107 na execução da política de direitos e atendimento a criança e ao adolescente; e observa que isso
108 estão fazendo. Até novembro de 2024, acompanhar e fomentar o processo de financiamento de
109 projetos sociais com recursos captados ao FIA, e assegurar sua gestão financeira com eficiência
110 e eficácia; Até dezembro de 2024, contratar assessoria especializada ao CMDCA, podendo
111 estender aos operadores do sistema de garantia e de atendimento a criança e ao adolescente para
112 assuntos pontuais quando necessário; Até dezembro de 2024, aprimorar os processos de
113 mobilização e articulação social, visando a assegurar relações com o sistema de garantia de
114 direitos (SGD) e outros órgãos; Ação de 2024, acompanhar e monitorar a execução do Plano
115 Municipal de Atendimento Socioeducativo – SINASE através do recebimento dos relatórios
116 trimestrais; Ação Mensal de 2024, garantir e manter procedimentos de publicidade das
117 informações, deliberações e normas do CMDCA. João Victor diz que até setembro teriam que
118 solicitar às Secretarias os relatórios e sugere que o que não conseguiram cumprir mantém para
119 o próximo. Alessandra observa que, com relação ao Plano Sinase, há algumas ações do conselho
120 e diz que já traria apontamentos na próxima reunião plenária. Alessandra explica que o plano
121 SINASE do município está vencido e devem atualizar e diz que ela, juntamente com Débora e
122 Sabrina, orientadoras sociais do CREAS tiveram reunião com a juíza e observaram que
123 nenhuma meta de 2015 à 2023 foram cumpridas com relação as outras Secretarias e explica que
124 a Assistência Social sim, pois é no CREAS que acontece. Alessandra diz que em reunião
125 sugeriu trazer para o CMDCA para montar a comissão Intersetorial para fazer a atualização e
126 diz que pode ser somente membros governamentais das Secretarias, por exemplo: de
127 Assistência, Saúde, Educação e diz que devem enxergar bem o plano, e colocar metas
128 alcançáveis. Hamilton questiona de quem é a competência de fiscalizar o plano. Alessandra diz
129 que cabe ao CMDCA fiscalizar e aprovar o plano. Hamilton diz que achou que era o ministério
130 público quem fiscalizava. Alessandra diz que cabe ao conselho acompanhar e diz que já está
131 estudando e logo trará ao conselho. João Victor questiona quanto à parte do plano do CMDCA
132 que versa sobre a aplicação, valores dos recursos. Sabrina explica que como é feito todo ano,
133 dessa parte a Alessandra, do controle interno e o Wagner da contabilidade são convidados à
134 participar e explicar e por isso consta como o início do debate, pois não finalizarão hoje. Beatriz
135 concorda que devem pensar na realidade. Alessandra diz que o plano SINASE atual é grande e
136 diz que imprimiu para estudo. Marina, com relação às metas do plano de ação, questiona quais
137 os instrumentos que devem ser adequados. Beatriz sugere que tenham um dia somente para
138 isso. João Victor concorda e diz que o que ainda não foi feito colocam de novo. Sabrina
139 questiona se querem agendar uma extra da comissão ou pode ser na próxima reunião da
140 Comissão de seleção, normas e documentos no dia 13/08 (terça). João Victor sugere que fique
141 esse assunto e a solicitação de renovação do registro da ACICAP para a pauta de agosto, pois
142 os projetos referente o Edital de n. 02/CMDCA/2024 só serão analisados em setembro.
143 Conselheiros concordam por unanimidade. E não tendo mais a se tratar, a reunião foi encerrada
144 às 09h40min. E, para constar eu: Sabrina Medeiros da Silva, na condição de Assistente
145 administrativo do Conselho Municipal de Capivari de Baixo, lavrei a presente ata que, após lida
146 e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.